

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ**

**AUDIÊNCIA PÚBLICA
DE AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO
DAS METAS FISCAIS**

2º QUADRIMESTRE/2021

EXIGÊNCIA LEGAL

Lei Complementar nº101, de 04 de Maio de 2000, Art. 9º, § 4º

Art. 9º - Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela Lei de Diretrizes Orçamentárias.

§ 4º - Até o final dos meses de Maio, Setembro e Fevereiro, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, em Audiência Pública na comissão referida no § 1º do Art. 166 da Constituição ou equivalente nas Casas Legislativas estaduais e municipais.

PUBLICAÇÕES DO EDITAL

Nº 05/2021

- ✓ **MURAL PÚBLICO DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL**
- ✓ **PÁGINA OFICIAL DO MUNICÍPIO: www.aguasdechapeco.sc.gov.br**
- ✓ **DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS – DOM/SC**
- ✓ **RÁDIO TROPICAL FM – SÃO CARLOS/SC**

TEMAS A SEREM APRESENTADOS

- Execução Orçamentaria
- Metas Arrecadação
- Cronograma de Desembolso
- Resultado Nominal
- Resultado Primário
- Aplicação de Recursos em Saúde (15%)
- Aplicação de Recursos em Educação (25%)
- Aplicação dos Recursos Recebidos do FUNDEB (60%)
- Despesas com Pessoal
- Restos à Pagar
- Alienação de Ativos
- Ações de Investimentos Previstas na LDO e LOA

RECEITA ORÇAMENTÁRIA

Lei 4.320/64, Art. 2º, § 1º e 2º

Lei 4.320/64, Art. 2º - A Lei do Orçamento conterà a discriminação da receita e despesa de forma a evidenciar a política econômica financeira e o programa de trabalho do Governo, obedecidos os princípios de unidade universalidade e anualidade.

§ 1º Integrarão a Lei de Orçamento:

- I - Sumário geral da receita por fontes e da despesa por funções do Governo;
- II - Quadro demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas, na forma do Anexo nº1;
- III - Quadro discriminativo da receita por fontes e respectiva legislação;
- IV - Quadro das dotações por órgãos do Governo e da Administração.

§ 2º Acompanharão a Lei de Orçamento:

- I - Quadros demonstrativos da receita e planos de aplicação dos fundos especiais;
- II - Quadros demonstrativos da despesa, na forma dos Anexos nº6 a 9;
- III - Quadro demonstrativo do programa anual de trabalho do Governo, em termos de realização de obras e de prestação de serviços.

RECEITA ORÇAMENTÁRIA

Lei 4.320/64, Art. 2º, § 1º e 2º

Receita Arrecada em Exercícios Anteriores

Exercício	Valores
2014	16.234.307,79
2015	15.468.319,48
2016	16.585.429,02
2017	17.260.033,27
2018	18.642.934,97
2019	20.372.619,36
2020	23.867.018,52

Receita Arrecadada até 2º Quadrimestre/2021

Receita Orçamentária Líquida	17.067.383,26
Média Mensal	2.133.422,91

DESPESA ORÇAMENTÁRIA

Lei 4.320/64, Art. 2º, § 1º e 2º

Despesa Realizada em Exercícios Anteriores

Exercício	Empenhado	Liquidado
2014	15.416.488,04	15.416.488,04
2015	15.374.558,42	15.374.558,42
2016	17.240.162,88	17.028.266,34
2017	16.715.004,12	16.633.927,86
2018	17.869.442,46	17.484.844,41
2019	20.708.343,54	20.667.947,81
2020	22.333.883,84	21.978.823,31

Despesa Liquidada até 2º Quadrimestre/2021

Despesa Orçamentária	13.460.044,64	13.840.285,72
Média Mensal	1.682.505,58	1.730.035,72

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

Lei Complementar nº101/2000, Art. 2º, IV, 'c', § 1º e 3º

LRF, Art. 2º - Para os efeitos desta Lei Complementar, entende-se como:

IV - Receita Corrente Líquida: somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes, deduzidos:

c) na União, nos Estados e nos Municípios, a contribuição dos servidores para o custeio do seu sistema de previdência e assistência social e as receitas provenientes da compensação financeira citada no § 9º do Art. 201 da Constituição.

§ 1º Serão computados no cálculo da receita corrente líquida os valores pagos e recebidos em decorrência da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, e do fundo previsto pelo art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

§ 3º A receita corrente líquida será apurada somando-se as receitas arrecadadas no mês em referência e nos onze anteriores, excluídas as duplicidades.

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

Lei Complementar nº101/2000, Art. 2º, IV, 'c', § 1º e 3º

Receita Corrente Líquida (RCL) Arrecadada em Exercícios Anteriores

Exercício	Valores
2014	14.448.486,61
2015	14.272.706,76
2016	15.624.033,15
2017	16.401.588,71
2018	17.573.663,19
2019	19.368.713,54
2020	21.578.349,84

Receita Corrente Líquida até 2º Quadrimestre/2021

Receita Corrente Líquida	15.383.335,70
Média Mensal	1.922.916,97

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Lei Complementar nº 101/2000, Art. 52

LRF, Art. 52 - O relatório a que se refere o § 3º do Art. 165 da Constituição abrangerá todos os Poderes e o Ministério Público, será publicado até trinta dias após o encerramento de cada bimestre e composto de:

I - balanço orçamentário, que especificará, por categoria econômica, as:

- a) receitas por fonte, informando as realizadas e a realizar, bem como a previsão atualizada;
- b) despesas por grupo de natureza, discriminando a dotação para o exercício, a despesa liquidada e o saldo;

II - demonstrativos da execução das:

- a) receitas, por categoria econômica e fonte, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada no bimestre, a realizada no exercício e a previsão a realizar;
- b) despesas, por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando dotação inicial, dotação para o exercício, despesas empenhada e liquidada, no bimestre e no exercício;
- c) despesas, por função e subfunção.

§ 1º Os valores referentes ao refinanciamento da dívida mobiliária constarão destacadamente nas receitas de operações de crédito e nas despesas com amortização da dívida.

§ 2º O descumprimento do prazo previsto neste artigo sujeita o ente às sanções previstas no § 2º do Art. 51.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Lei Complementar nº 101/2000, Art. 52

Receitas Arrecadadas	
Receitas Correntes Bruta(I)	17.748.993,12
Receita Tributária	1.261.867,97
Receita de Contribuições	113.581,71
Receita Patrimonial	160.510,20
Receita Agropecuária	102.238,00
Receita Industrial	0,00
Receita de Serviços	11.031,23
Transferências Correntes	16.043.030,15
Outras Receitas Correntes	56.733,86
(-) Deduções das Receitas Correntes	-2.365.657,42
I – RECEITA CORRENTE	15.383.335,70
Receitas de Capital Bruta (II)	1.684.047,56
Operações de Crédito	469.984,59
Alienação de Bens	292.250,00
Amortização de Empréstimos	20.812,97
Transferências de Capital	901.000,00
Outras Receitas de Capital	0,00
(-) Dedução da Receita de Capital	0,00
II – RECEITA DE CAPITAL	1.684.047,56
Total (III) = (I+II)	17.067.383,26

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Lei Complementar nº 101/2000, Art. 52

Despesas Liquidadas Por Órgão de Governo	
0102 - GABINETE DO PREFEITO	332.359,93
0103 - SEC. DE ADM. PLANEJAMENTO E FINANÇAS	1.699.218,88
0104 - SEC. DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	2.598.193,13
0105 - SEC. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE	2.049.351,35
0107 - SEC. DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	1.322.907,02
0108 - SEC. DE ASSISTÊNCIA, HABIT. E PROMOÇÃO SOCIAL	815.218,85
0109 - SEC. DE DESENV. ECONÔMICO E TURISMO	225.394,97
0201 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	624.471,74
0306 - SEC. DE SAÚDE	4.173.169,85
Total (IV)	13.840.285,72

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Lei Complementar nº 101/2000, Art. 52

Execução Orçamentária e Financeira

Superávit Financeiro Apurado Até o 2º Quadrimestre	5.807.887,48
Recursos Ordinários	2.848.077,54
Recursos Vinculados	2.959.809,94

METAS DE ARRECADAÇÃO

Lei Complementar nº 101/2000, Art. 8º e Art. 13

LRF, Art. 8º - Até trinta dias após a publicação dos orçamentos, nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias e observado o disposto na alínea "c" do inciso I do Art. 4º, o Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso.

Parágrafo único. Os recursos legalmente vinculados a finalidade específica serão utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso.

LRF, Art. 13 - No prazo previsto no Art. 8º, as receitas previstas serão desdobradas, pelo Poder Executivo, em metas bimestrais de arrecadação, com a especificação, em separado, quando cabível, das medidas de combate à evasão e à sonegação, da quantidade e valores de ações ajuizadas para cobrança da dívida ativa, bem como da evolução do montante dos créditos tributários passíveis de cobrança administrativa.

METAS DE ARRECADAÇÃO

Lei Complementar nº 101/2000, Art. 8º e Art. 13

Receitas Orçamentárias	Previsão	Arrecadação	Diferença
Receitas Correntes Bruta (I)	24.267.350,00	17.748.993,12	-6.518.356,88
Receita Tributária	1.310.650,00	1.261.867,97	-48.782,03
Receita de Contribuições	190.000,00	113.581,71	-76.418,29
Receita Patrimonial	134.800,00	160.510,20	26.510,20
Receita Agropecuária	21.100,00	102.238,00	81.138,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	124.700,00	11.031,23	-113.668,77
Transferências Correntes	22.357.100,00	16.043.030,15	-6.314.069,85
Outras Receitas Correntes	129.000,00	56.733,86	-721.266,14
I.I (-) Deduções das Transf. Correntes	-3.224.160,00	-2.365.657,42	858.502,58
Receita Corrente	21.043.190,00	15.383.335,70	-5.659.764,30
Receitas de Capital (II)	1.450.500,00	1.684.047,56	233.547,56
Operações de Crédito	400.000,00	469.984,59	69.984,59
Alienação de Bens	23.000,00	292.250,00	269.250,00
Amortização de Empréstimos	25.000,00	20.812,97	-4.187,03
Transferências de Capital	1.002.000,00	901.000,00	-101.000,00
(-)Dedução da Receita de Capital	0,00	0,00	0,00
Receita de Capital	1.450.000,00	1.684.047,56	234.047,56
Total líquido (III) =	22.493.190,00	17.067.383,26	-5.425.806,74

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

Lei Complementar nº 101/2000, Art. 8º e Art. 13

LRF, Art. 8º - Até trinta dias após a publicação dos orçamentos, nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias e observado o disposto na alínea c do inciso I do Art. 4º, o Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso.

Parágrafo único. Os recursos legalmente vinculados a finalidade específica serão utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso.

LRF, Art. 13 - No prazo previsto no Art. 8º, as receitas previstas serão desdobradas, pelo Poder Executivo, em metas bimestrais de arrecadação, com a especificação, em separado, quando cabível, das medidas de combate à evasão e à sonegação, da quantidade e valores de ações ajuizadas para cobrança da dívida ativa, bem como da evolução do montante dos créditos tributários passíveis de cobrança administrativa.

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

Lei Complementar nº 101/2000, Art. 8º e Art. 13

Despesas Orçamentárias	Fixadas	Realizadas	Diferença
Despesas Correntes (I)	20.008.178,00	12.992.635,81	-7.015.542,19
Pessoal e Encargos Sociais	11.483.000,00	6.123.929,73	-5.359.070,27
Juros e Amortização da Dívida	183.000,00	53.617,70	-129.382,30
Outras Despesas Correntes	8.342.178,00	6.815.088,38	-1.527.089,62
Despesas de Capital (II)	2.465.512,00	847.649,91	-1.617.862,09
Investimentos	2.181.500,00	819.175,18	-1.362.324,82
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Fundada Interna	284.012,00	28.474,73	-255.537,27
Reserva de contingência (III)	20.000,00	0,00	-20.000,00
Reserva de contingência	20.000,00	0,00	-20.000,00
Total (IV) = (I+II+III)	22.493.690,00	13.840.285,75	-8.653.404,28

META FISCAL DO RESULTADO PRIMÁRIO

Lei Complementar nº 101/2000, Art. 53, III

LRF, Art. 53 - Acompanharão o Relatório Resumido demonstrativos relativos a:
III - resultados nominal e primário;

Resultado Primário	Até Quadrimestre
Receitas Fiscais (A)	16.505.488,81
Despesas Fiscais (B)	13.758.193,29
(A-B) = Resultado Primário	2.747.295,52

Discriminação da Meta Fiscal	Valor Corrente
Meta Fiscal do Resultado Primário Prevista na LDO para o Exercício de Referência	-56.788,00
Meta Fiscal do Resultado Primário Realizada Até o quadrimestre	2.804.083,52

META FISCAL DO RESULTADO NOMINAL

Lei Complementar nº 101/2000, Art. 53, III

LRF, Art. 53 - Acompanharão o Relatório Resumido demonstrativos relativos a:
III - resultados nominal e primário;

FALTA AJUSTAR

Dívida Fiscal Líquida	Exercício Anterior	Até Quadrimestre
Dívida Consolidada (I)	1.212.407,75	1.653.917,61
Deduções (II)	3.627.688,86	6.585.051,08
Disponibilidade de Caixa	3.096.902,86	6.054.265,08
Disponibilidade de Caixa Bruta	3.111.659,90	6.509.402,53
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	14.757,04	455.137,45
Demais Haveres Financeiros	530.786,00	530.786,00
Dívida Consolidada Líquida (III)=(I-II)	-2.415.281,11	-4.931.133,47
Resultado Nominal		2.515.852,36

Discriminação da Meta Fiscal	Valor Corrente
Meta Fiscal do Resultado Nominal Prevista na LDO para o Exercício de Referência	-104.988,00
Meta Fiscal do Resultado Nominal Realizada Até o Quadrimestre	2.515.852,47

APLICAÇÃO DE RECURSOS EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ADCT, Art. 77, III e Emenda Constitucional nº29 de 13/09/2000

EC 29/2000, Art. 7º - O Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passa a vigorar acrescido do seguinte Art. 77:

"III - no caso dos Municípios e do Distrito Federal, quinze por cento do produto da arrecadação dos impostos a que se refere o Art. 156 e dos recursos de que tratam os Art's. 158 e 159, inciso I, alínea b e § 3º."

Receita bruta de Impostos e Transferências (I)	12.766.222,19
Despesas por função/subfunção (II)	2.859.644,30
Deduções (III)	0,00
Despesas para efeito de cálculo (IV) = (II-III)	2.859.644,30
Mínimo a ser aplicado	1.914.933,33
Aplicado à maior	944.710,97
Percentual aplicado = (IV) / (I) x 100	22,40%

APLICAÇÃO DE RECURSOS NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

Constituição Federal, Art. 212 e LDB, Art. 72

CF, Art. 212 - A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

LDB, Art. 72 - As receitas e despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino serão apuradas e publicadas nos balanços do Poder Público, assim como nos relatórios a que se refere o § 3º do Art. 165 da Constituição Federal.

Receita bruta de Impostos e Transferências (I)	13.132.657,16
Despesas por função/subfunção fonte 1001 (II)	630.346,90
Despesas FUNDEB (III)	997.813,27
Resultado líquido da transf. do FUNDEB (IV)	1.008.261,18
Despesas para efeito de cálculo	2.636.421,35
Mínimo a ser aplicado	3.283.164,29
Aplicado à menor	646.742,94
Percentual aplicado = (V) / (I) x 100	20,07%

APLICAÇÃO DE 70% DOS RECURSOS DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

EC 108/2020, Art. 212-A, Inciso XI, e Lei Federal nº9.424/96

Receita do FUNDEB (I)	1.360.847,25
Despesas (II)	932.099,77
Mínimo a ser Aplicado	952.593,08
Aplicado à Menor	20.493,31
Percentual Aplicado = (II) / (I) x 100	68,49%

DESPESAS COM PESSOAL DO PODER EXECUTIVO

Constituição Federal, Art. 169, *caput*
Lei Complementar nº101/2000, Art. 19, III e Art. 20, III

CF, Art. 169 - A despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar.

LRF, Art. 19 - Para os fins do disposto no caput do Art. 169 da Constituição, a despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida, a seguir discriminados:

III - Municípios: 60% (sessenta por cento)

LRF, Art. 20 - A repartição dos limites globais do Art. 19 não poderá exceder os seguintes percentuais:

III - na esfera municipal:

a) 6% (seis por cento) para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas do Município, quando houver;

b) 54% (cinquenta e quatro por cento) para o Executivo.

DESPESAS COM PESSOAL DO PODER EXECUTIVO

Constituição Federal, Art. 169, *caput*
Lei Complementar nº101/2000, Art. 19, III e Art. 20, III

Receita Corrente Líquida Arrecadada nos Últimos 12 (doze) Meses (I)	22.483.260,08
Despesa Líquida com Pessoal Realizada nos Últimos 12 (doze) Meses (II)	10.277.994,67
Limite Prudencial - 51,30%	11.533.912,43
Limite Máximo - 54,00%	12.140.960,45
Percentual aplicado = (II) / (I) x 100	45,71%

DESPESAS COM PESSOAL DO PODER LEGISLATIVO

Constituição Federal, Art. 169, *caput*
Lei Complementar nº101/2000, Art. 19, III e Art. 20, III

Receita Corrente Líquida Arrecadada nos Últimos 12 (doze) Meses (I)	22.483.260,08
Despesa Líquida com Pessoal Realizada nos Últimos 12 (doze) Meses (II)	793.457,09
Limite Prudencial - 5,70%	1.281.545,83
Limite Máximo - 6,00%	1.348.995,61
Percentual aplicado = (II) / (I) x 100	3,53%

DESPESAS COM PESSOAL CONSOLIDADO

Constituição Federal, Art. 169, *caput*
Lei Complementar nº101/2000, Art. 19, III e Art. 20, III

Receita Corrente Líquida Arrecadada nos Últimos 12 (doze) Meses (I)	22.483.260,08
Despesa Líquida com Pessoal Realizada nos Últimos 12 (doze) Meses (II)	11.071.451,46
Limite Prudencial - 57,00%	12.815.458,25
Limite Máximo - 60,00%	13.489.956,05
Percentual aplicado = (II) / (I) x 100	49,24%

RESTOS A PAGAR

Lei Complementar nº 101/2000, Art. 55, III, alínea “b”

LRF, Art. 55. O relatório conterá:

III - demonstrativos, no último quadrimestre:

b) da inscrição em Restos a Pagar, das despesas:

1) liquidadas;

2) empenhadas e não liquidadas, inscritas por atenderem a uma das condições do inciso II do art. 41;

3) empenhadas e não liquidadas, inscritas até o limite do saldo da disponibilidade de caixa;

4) não inscritas por falta de disponibilidade de caixa e cujos empenhos foram cancelados;

RESTOS A PAGAR

Lei Complementar nº101/2000, Art. 55, III, alínea “b”

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUAS DE CHAPECÓ	Valores
Restos A Pagar Não Liquidados (I)	342.942,99
(+) Inscrições do Exercício Anterior 2020	0,00
(+) Inscritos em Exercícios Anteriores	0,00
(-) Cancelamentos	0,00
Restos a Pagar Liquidado a Pagar	0,00
(-) Restos a Pagar Pagos	309.484,10
(I) Saldo a Pagar Restos Não Liquidados	33.458,89
Restos Processados (II)	10.522,09
(+) Inscrições do Exercício Anterior	0,00
(+) Inscritos em Exercícios Anteriores	4.234,95
(-) Cancelamentos	0,00
Restos a Pagar	14.757,04
(-) Restos Pagos	10.522,09
(II) Saldo a Pagar Restos Processados	4.234,95
Saldo a Pagar (I+II)	37.693,84

RESTOS A PAGAR

Lei Complementar nº101/2000, Art. 55, III, alínea “b”

Unidade Gestora: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUAS DE CHAPECÓ	Valores
Restos A Pagar Não Liquidados (I)	0,00
(+) Inscrições do Exercício Anterior	0,00
(+) Inscritos em Exercícios Anteriores	22.073,15
(-) Cancelamentos	0,00
Restos a Pagar Liquidado a Pagar	0,00
(-) Restos a Pagar Pagos	0,00
(I) Saldo a Pagar Restos Não Liquidados	22.073,15
Restos Processados (II)	0,00
(+) Inscrições do Exercício Anterior	0,00
(+) Inscritos em Exercícios Anteriores	0,00
(-) Cancelamentos	0,00
Restos a Pagar	0,00
(-) Restos Pagos	0,00
(II) Saldo a Pagar Restos Processados	0,00
Saldo a Pagar (I+II)	22.073,15

ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES DE INVESTIMENTOS PREVISTAS NA LDO E LOA

Lei Complementar nº 101/2000, Art. 9º, § 4º

LRF, Art. 59 - O Poder Legislativo, diretamente ou com o auxílio dos Tribunais de Contas, e o sistema de controle interno de cada Poder e do Ministério Público, fiscalizarão o cumprimento das normas desta Lei Complementar, com ênfase no que se refere a:

I - Cumprimento das metas estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias.

Unidade Gestora: 01 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUAS DE CHAPECÓ					
Projeto/Atividade	Previsão	Suplementações	Anulações	Execução	Saldo atual
1002 - VEÍCULO, EQUIPAMENTOS E UTENSILIO PARA O PODER EXECUTIVO	10.000,00	95.000,00	0,00	104.050,00	950,00
1003 - EQUIPAMENTOS E UTENSILIO PARA ADMINISITRAÇÃO E PLANEJMANTO	15.000,00	0,00	0,00	8.750,00	6.430,00
1004 – REFORMA E APLIAÇÃO DA SEDE ADMINISTRATIVA	30.000,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00
1006 - PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA E COM PEDRAS IRREGULARES- DOSU	65.000,00	870.000,00	0,00	106.587,00	828.413,00
1007 - AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E VEÍCULOS - DOSU					

	16.000,00	85.000,00	0,00	99.946,50	1.053,50
1008 - PROGRAMA DE ACESSIBILIDADE E MOBILIDADE URBANA					
	420.000,00	982.344,08	0,00	1.402.257,29	86,79
1009 - PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA E COM PEDRAS IRREGULARES- DMER					
	6.000,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00
1010 - AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E VEÍCULOS - DMER					
	106.000,00	40.000,00	105.000,00	14.283,74	26.716,26
1011 - REFORMA E AMPLIAÇÃO DE UNIDADES ESCOLARES - ENSINO FUNDAMENT					
	5.000,00	706.000,00	0,00	180,01	710.819,99
1013 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS MÓVEIS E UTENSILIOS - ENSINO FUNDAMENT					
	209.500,00	220.000,00	100.000,00	24.621,50	304.878,50
1014 - CONSTRUÇÃO AMPLIAÇÃO E REFORMA DE ESPAÇO DESTINADOS A CULTURA					
	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
1015 - CONSTRUÇÃO AMPLIAÇÃO E REFORMA DE ESPAÇOS ESPORTIVOS E LAZER					
	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
1016 - AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS – ESPORTES					
	3.000,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00
1019 - AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS – AGRICULTURA					
	220.000,00	1.255.250,00	60.000,00	467.402,31	947.847,69
1020 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS EQUIPAMENTOS E MÓVEIS E UTENSILIOS - F					
	30.000,00	158.328,91	0,00	59.032,50	129.296,41
1021 - CONSTRUÇÃO AMPLIAÇÃO E REFORMA DO CRAS - FMAS					

	102.000,00	0,00	102.000,00	0,00	0,00
1022 - CONSTRUÇÃO DE CASAS UNIFAMILIARES - FMHIS					
	66.000,00	0,00	66.000,00	0,00	0,00
1025 - CONSTRUÇÃO AMPLIAÇÃO E REFORMA PAVILHÕES INDUSTRIAL					
	280.000,00	96.000,00	0,00	0,00	376.000,00
1026 - EQUIPAMENTOS E UTENSILIOS DIVERSOS P/SEC. DES. ECONÔMICO					
	15.000,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00
1027 – CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE EVENTOS					
	51.000,00	0,00	50.000,00	0,00	1.000,00
0001 - AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DIVIDA					
	467.012,00	0,00	0,00	234.012,00	233.000,00
0002 - PAGAMENTOS DE INATIVOS E PNEIONISTAS					
	200.000,00	0,00	40.000,00	101.303,58	58.696,42
0003 - CONTRIBUIÇÃO PARA O PASEP					
	202.500,00	0,00	0,00	202.500,00	0,00
0004 - PAGAMENTO DE SETENÇAS JUDICIAL					
	40.000,00	0,00	40.000,00	0,00	0,00
2002 - MANUTENÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR					
	431.000,00	0,00	30.000,00	258.364,31	142.635,69
2003 - MANUTENÇÃO DA ASSESSORIA ADMINISTRATIVA SUPERIOR					
	330.000,00	85.000,00	0,00	295.760,05	119.139,95
2004 - MANUTENÇÃO DA SEC. ADM. PLANEJAMENTO E FINANÇAS					
	1.185.000,00	200.000,00	100.000,00	1.081.326,00	203.674,00

2005 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUN. DE SANEAMENTO AMBIENTAL-FUNSAN	106.000,00	50.000,00	100.000,00	27.790,60	28.209,40
2006 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL	1.286.840,00	284.402,90	40.000,00	870.047,09	661.195,81
2007 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO INFANTIL	1.305.000,00	75.000,00	322.000,00	408.735,28	649.264,72
2008 - TRANSPORTE ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL	682.000,00	131.629,73	333.000,00	373.509,99	107.119,74
2009 - TRANSPORTE ESCOLAR - EDUCAÇÃO INFANTIL	90.000,00	0,00	15.000,00	19.200,00	55.800,00
2010 - TRANSPORTE ESCOLAR - ENSINO MÉDIO	275.000,00	186.581,82	0,00	265.677,84	195.903,98
2011 - ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL	118.500,00	0,00	0,00	53.321,72	65.178,28
2012 - ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - EDUCAÇÃO INFANTIL	77.500,00	11.363,43	0,00	40.755,19	48.108,24
2014 - APOIO FINANCEIRO APAE- AREA DO SOCIAL	30.000,00	95.000,00	0,00	120.000,00	5.000,00
2015 - PROGRAMA PARA INCENTIVO AO ENSINO SUPERIOR	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00
2016 - MANUNTEÇÃO E INCENTIVO A CULTURA GERAL	24.000,00	0,00	0,00	13.049,38	10.950,62

2017 - PROGRAMA DESTINADO A REALIZAÇÃO DO CARNAVAL	20.000,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00
2018 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ESPORTIVAS E LAZER	275.000,00	0,00	90.000,00	81.811,86	103.188,14
2019 - MANUTENÇÃO ATIVIDADES DO CONSELHO TUTELAR	130.000,00	0,00	0,00	76.157,21	53.842,79
2020 - MANUTENÇÃO ATIVIDADES DO FIA	66.000,00	18.625,99	0,00	12.555,12	72.070,87
2021 - APOIO AS ENTIDADES MUNICIPALISTAS E CONSÓRCIOS PÚBLICOS	273.000,00	6.559,00	21.559,00	246.728,50	11.271,50
2022 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FMAS	875.000,00	394.162,09	310.000,00	565.439,41	393.722,68
2023 - PROGRAMAS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	183.600,00	167.805,06	0,00	136.361,89	215.043,17
2024 - ATIVIDADES SÓCIO EDUCATIVA DE CONVIVÊNCIA DOS IDOSOS	31.000,00	0,00	0,00	2.755,00	28.245,00
2025 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS PUBLICOS URBANOS	787.200,00	441.117,37	0,00	959.288,40	249.028,97
2026 - MANUTENÇÃO E MELHORIAS DA ILUMINAÇÃO PUBLICA	246.000,00	140.000,00	10.000,00	262.064,67	113.935,33
2027 - MANUTENÇÃO E MELHORIAS NA MALHA RODOVIÁRIA	956.300,00	457.765,32	0,00	939.549,91	474.515,41
2028 - MANUTENÇÃO SEGURANÇA PÚBLICA E PROTEÇÃO					

	106.700,00	53.599,63	8.000,00	51.062,78	101.236,85
2029 - MANUTENÇÃO DO FUNREBOM	33.000,00	23.674,00	8.000,00	7.166,89	41.507,11
2030 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO	14.000,00	170.000,00	0,00	100.455,41	83.544,59
2031 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL – FMDAMA	920.000,00	351.335,00	0,00	1.055.446,60	215.888,40
2033 - MANUTENÇÃO DO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO TURISTICO- FMDT	130.000,00	0,00	0,00	75.546,99	54.453,01
2034 - CONTRIBUIÇÃO PARA A HIDROESTE	250.000,00	0,00	0,00	200.000,00	50.000,00
2035 - COORDENADORIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CÍVIL	16.000,00	0,00	6.000,00	5.555,06	4.444,94
2044 - MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DOS PROGRAMS AGRICULAS- FMDAMA	416.000,00	250.000,00	0,00	502.135,62	163.864,38
2045 - MANUTENÇÃO DO PROGRAMA NOTA PREMIADA	25.000,00	0,00	0,00	14.925,97	10.074,03
2046 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
2047 - PROTEÇÃO DE FONTES E PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE	5.000,00	0,00	0,00	4.875,00	125,00
2.048 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA CRECHE					

	700.000,00	75.000,00	75.000,00	184.445,30	515.554,70
Total da Unidade	15.144.652,00	8.176.544,33	2.261.559,00	12.136.711,47	8.922.925,86

Unidade Gestora: 02 - CÂMARA MUNICIPAL DE ÁGUAS DE CHAPECÓ					
Projeto/Atividade	Previsão	Suplementações	Anulações	Execução	Saldo atual
1001 - VEICULO, EQUIPAMENTOS E UTENSILIO PARA O PODER LEGISLATIVO					
	36.000,00	0,00	0,00	1.275,00	34.725,00
2001 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DA CÂMARA DE VEREADORES					
	1.062.000,00	0,00	0,00	663.466,97	398.533,03
Total da Unidade	1.098.000,00	0,00	0,00	664.741,97	433.258,03

Unidade Gestora: 03 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUAS DE CHAPECÓ					
Projeto/Atividade	Previsão	Suplementações	Anulações	Execução	Saldo atual
1017 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS MÓVEIS E UTENSÍLIOS - FMS	107.000,00	113.046,04	102.000,00	22.683,42	95.362,62
1018 - CONSTRUÇÃO AMPLIAÇÃO E REFORMA DE UNIDADES DE SAÚDE-FMS	36.000,00	0,00	36.000,00	0,00	0,00
2032 - MANUTENÇÃO DO CONSÓRCIO - CIS- AMOSC	90.000,00	3.992,00	3.992,00	28.320,00	61.680,00
2036 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS	3.987.038,00	1.558.258,45	850.000,00	3.419.746,76	1.275.549,69
2037 - MANUTENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE GERAL - (PSF,PACS,SAÚDE BUCAL)	730.000,00	0,00	150.000,00	408.835,04	171.164,96
2038 - PROGRAMA DE ASSSITÊNCIA FARMÁCEUTICA	306.000,00	59.317,26	120.000,00	218.017,06	27.300,20
2039 - MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	88.000,00	0,00	0,00	13.604,50	74.395,50
2040 - ATENÇÃO MÉDIA E ALTA COMP. AMBULATÓRIAL, HOSPITALAR E SAMU	743.000,00	536,45	42.000,00	605.980,97	95.555,48
2041 - MANUTENÇÃO PROGRAMA VIGILÂNCIA SANITÁRIA	131.000,00	368,91	50.000,00	41.643,69	39.725,22
2042 - APOIO FINANCEIRO PARA APAE - FMS					

	33.000,00	0,00	33.000,00	0,00	0,00
Total da Unidade	6.251.038,00	1.735.519,11	1.386.992,00	4.758.831,44	1.840.733,67

Total Geral	22.493.690,00	9.912.063,44	3.648.551,00	17.560.284,88	11.196.917,56
--------------------	----------------------	---------------------	---------------------	----------------------	----------------------

*AGRADECEMOS PELA
PRESENÇA!*